

DEMAM| GORCEIX

DEPARTAMENTO DO
MEIO AMBIENTEFundação
GORCEIX

PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA (PIGIRS/CIMVALPI)

PRODUTO 02 – PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E DIVULGAÇÃO

REVISÃO Nº	DATA	MODIFICAÇÃO	VERIFICAÇÃO	APROVAÇÃO
0	30/01/2020	Emissão Inicial	Marco Pedrosa	
1	13/02/2020	Ajustes e complementações	Carolina Queiroz	
2	28/02/2020	Emissão da Versão Final	Marco Pedrosa	
3				

PREFEITURAS MUNICIPAIS

MUNICÍPIO	PPREFEITO (A)	VICE-PREFEITO (A)
Abre Campo	Márcio Moreira Victor	José Raimundo da Silva
Acaiaca	Luiz Carlos Faustino	Gieze Ferreira Pinto
Alvinópolis	João Batista Mateus de Moraes	Ledes Cota
Amparo do Serra	Astolfo Gomes Fuscaldi	Waltencil de Almeida Júnior
Araponga	Luíz Henrique Macedo Teixeira	Vander Jose Araújo Sampaio
Barra Longa	Mário Antônio Coelho	--
Cajuri	Ricardo Augusto Dias de Andrade	Maria Eliza de Assis Silva
Canaã	Sebastião Hilário Bitencourt	José Ivanir Miranda Duarte
Caputira	Celso Gonçalves Antunes	--
Coimbra	Maria Raimunda dos Santos Martins	Nilson Geraldo Ladeira
Congonhas	José de Freitas Cordeiro	Arnaldo Osório
Desterro de Entre Rios	Antônio Pereira de Moraes	Silvio José de Moura
Diogo de Vasconcelos	Domingos Antunes de Freitas	João Claudio de Souza
Dom Silvério	Joao Bosco Coelho	Luiz Carlos Coelho
Guaraciaba	Gustavo Castro de Andrade	Adriano de Andrade Militão
Itabirito	Orlando Amorim Caldeira	Élio da Mata Santos
Jequeri	Adilson Lopes Silva	--
Mariana	Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior	Newton Geraldo Xavier Godoy
Matipó	Valter Mageste de Ornelas	Joaquim Bifano Magalhães
Oratórios	José Antônio Delgado	Maria Ubaldo Girundi
Ouro Branco	Hélio Márcio Campos	Celso Roberto Vaz
Ouro Preto	Júlio Ernesto de Grammont M. de Araújo	Ailton Miranda Silva
Paula Cândido	Marcelo Rodrigues da Silva	Paulo César Gonçalves
Pedra do Anta	João Batista Viana	Clovis Sampaio de Lana
Piedade de Ponte Nova	Antonio Mayrink Bordoni	Celso Roberto Pereira
Ponte Nova	Wagner Mol Guimarães	Valéria Alvarenga
Porto Firme	Reginaldo Barbosa Gonçalves	José Alessandro Teixeira Silva
Raul Soares	Vicente Rufino Osorio	Altivo de Sousa Melo

Rio Casca	Adriano de Almeida Alvarenga	Marleyde de Paula Miranda
Rio Doce	Silvério Joaquim Aparecido da Luz	Mauro Pereira Martins
Santa Cruz do Escalvado	Sônia Maria Untaler da Silveira	Dimas Silva Ferraz
Santo Antônio do Grama	Claudio Cimpricio Ribeiro	--
São José do Goiabal	Jose Roberto Gariff Guimaraes	Geraldo Magela Soares
São Pedro dos Ferros	Newton Gabriel Avelar	Jose Soares Caldas
Sem-Peixe	Domingos Sávio de Miranda Paiva	Romar Chaves Canazart
Sericita	Marilda Eni Coelho Reis	Hilo Santana
Teixeiras	José Diogo Drumond Neto	Teodorico Saraiva de Freitas
Urucânia	Frederico Brum de Carvalho	Luzia da Luz Ferreira Silva
Vermelho Novo	Geraldo José do Carmo	Durval Elizario de Souza
Viçosa	Ângelo Chequer	Arnaldo Dias de Andrade
Visconde do Rio Branco	Iran Silva Couri	Maurício José da Silva

GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO – GTA

Município de Abre Campo

Titulares

Luiz Henrique Martins Fernandes
Márcio Moreira Victor

Suplentes

Fernando Salti Neto
Vitor Henrique

Município de Acaiaca

Titulares

Allyson Lopes de Oliveira
Luiz Carlos Faustino

Suplentes

Jadir Martins da Silva
Wvaldo Camilo Gomes

Município de Alvinópolis

Titulares

João Batista Mateus de Moraes

Suplentes

Carlos Alexandre

Município de Amparo do Serra

Titulares

Adriano Rezende Rafael
Astolfo Gomes Fuscaldi

Suplentes

José Lourenço Coelho
Gislander Neves Marques

Município de Araponga

Titulares

Agnaldo de Paula
Luiz Henrique Macedo Teixeira

Suplentes

Francisco Gurgel Viana

Município de Barra Longa

Titulares

Rúbia Lemos Ferreira Carneiro

Suplentes

Caetano de Mello Etrusco Carneiro

Município de Cajuri

Titulares

Clayton Leite Moreira

Suplentes

Lucas Mucida Rodrigues Oliveira

Município de Canaã

Titulares

Hygor Lelis
Alessandra Martins Miranda Silva

Suplentes

Saulo Brumano Reis Filho

Município de Caputira

Titulares

Cícero Palmeira
Celso Gonçalves Antunes

Suplentes

Luiz Henrique Martins Fernandes
Jatir Soares de Freitas

Município de Coimbra

Titulares

Edson Carlos Teixeira
Maria Raimunda dos Santos Martins

Suplentes

Frederico Santos de Moura

Município de Congonhas

Titulares

José de Freitas Cordeiro

Suplentes

Neilor Souza Arão

Município de Desterro de Entre Rios

Titulares

Marco Antônio Rocha Golvêa

Suplentes

Fábio José Peixoto

Município de Diogo de Vasconcelos

Titulares

Igor Gomes Cardoso
Izabel Sales Campos

Suplentes

Cássio José de Oliveira
Wagner da Silva Luiz

Município de Dom Silvério

Titulares

João Bosco Coelho

Suplentes

Agostinho Ascensão Teodoro

Município de Guaraciaba

Titulares

Fernanda Aparecida do Carmo

Suplentes

Arthur Barros Guimarães

Município de Itabirito

Titulares

Ronaldo Gurgel
Orlando Amorim Caldeira

Suplentes

Andreza Martins de Souza
Patrícia Dantas

Município de Jequeri

Titulares

Tiago Máfia
Adilson Lopes Silva

Suplentes

Aline Calai
Marco Cardoso Júnior

Município de Mariana

Titulares

Denise Coelho de Almeida
Duarte Eustáquio Gonçalves

Suplentes

Antônio Moraes Lopes Júnior

Município de Matipó

Titulares

Vilma Matias
Cláudio Lino da Silva

Suplentes

Eduardo Moreira Bastos

Município de Oratórios

Titulares

Nivaldo Vieira da Silva Júnior
José Antônio Delgado

Suplentes

Juliano Vieira

Município de Ouro Branco

Titulares

Hélio Marcio Campos

Suplentes

Vasco
Luciana Fernandes Novais

Município de Ouro Preto

Titulares

Julio César Elias Fontes Pedrosa
Júlio Ernesto de Grammont de Araújo

Suplentes

Roberto Papa Camilo Arsênio

Município de Paula Cândido

Titulares

Jarbas Ribeiro dos Santos
Everaldo Roberto da Conceição

Suplentes

Gilberto Cláudio Vieira

Município de Pedra do Anta

Titulares

Juliana de Oliveira Viana
João Batista Viana

Suplentes

Agnaldo Roberto Viana

Município de Piedade de Ponte Nova

Titulares

Jordane Vieira Piovezana
Antônio Mayrink Bordoni

Suplentes

Diego Nicomedes da Silva
Ramon Vieira da Veiga

Município de Ponte Nova

Titulares

Isadora Barbosa Fernandes

Suplentes

Bruno Oliveira do Carmo

Município de Porto Firme

Titulares

José Alessandro Teixeira Silva
Reginaldo Barbosa Gonçalves

Suplentes

José Marcelo Maia Sobreira
José Alessandro Teixeira Silva

Município de Raul Soares

Titulares

Rafael Machado Vieira

Suplentes

Raíssa Fioravante Correa

Município de Rio Casca

Titulares

Amon Cosmo Gurgel Moreira
Adriano de Almeida Alvarenga

Suplentes:

Daniel de Abreu Milagre

Município de Rio Doce

Titulares

Rodrigo Paiva Ribeiro
Matheus Henrique Pelinsari

Suplentes

Thaís Vieira Pereira
Valéria Fernandes Albergaria

Município de Santa Cruz do Escalvado

Titulares

José Jaime de Souza

Suplentes

Aloísio Marcos Lana Carvalho
Pedro

Município de Santo Antônio do Grama

Titulares

Marcelo Polesca
Cláudio Simprício Ribeiro

Suplentes

Jairo Henrique

Município de São José do Goiabal

Titulares

Júlio Correa Guimarães

Suplentes

Ícaro Roque

Município de São Pedro dos Ferros

Titulares

Newton Gabriel Avelar

Suplentes

José Marcos Triani D'Ávila

Município de Sem-Peixe

Titulares

Ernani Souza Silva

Suplentes

Éder Eloi Pena

Município de Sericita

Titulares

José Marcos de Lima

Suplentes

Moisés Felício Cassiano

Município de Teixeira

Titulares

Teodorico Saraiva de Freitas
José Diogo Drumond Neto

Suplentes

Bruno Lima Mendonça

Município de Urucânia

Titulares

Daysiane Pereira Viana
Frederico Brum de Carvalho

Suplentes

Pedro Henrique Souza de Miranda

Município de Vermelho Novo

Titulares

Patrícia Aparecida da Silva

Suplentes

César Augusto Campos Peres

Município de Viçosa

Titulares

Murilo Pizato Marques

Suplentes

Luciano Piovesan Leme

Município de Visconde do Rio Branco

Titulares

Lidiane Ferraz Vicente

Suplentes

Odilon Brás

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA

CNPJ: 19.738.706/0001-83

Rua Jaime Pereira, 186. Progresso – Ponte Nova/ MG

CEP: 35430-186

Telefone: + 55 31 3881-3211

<http://www.cimvalpi.mg.gov.br/>



EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Silvério Joaquim Aparecido da Luz

Presidente

Prefeito de Rio Doce

Frederico Brum de Carvalho

1º Vice-presidente

Prefeito de Urucânia

José Antônio Delgado

2º Vice-presidente

Prefeito de Oratórios

José Adalberto de Rezende

Diretor Institucional

Eduardo Pereira Real

Diretor Técnico

Ana Carolina Queiroz

**Verificação Técnica – APÓ Consultoria
Territorial e Ambiental**

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS

Wagner Mol Guimarães

Prefeito do Município de Ponte Nova;

Claudio Cimpricio Ribeiro

Prefeito do Município de Santo Antônio do
Grama

Domingos Sávio de Miranda Paiva

Prefeito de Municipal de Sem Peixe

José Roberto Gariff Guimarães

Prefeito do município de São José do Goiabal

Adriano de Almeida Alvarenga

Prefeito Municipal de Rio Casca

MEMBROS SUPLENTE

Gustavo Castro de Castro

Prefeito Municipal de Guaraciaba

Márcio Moreira Vítor

Prefeito Municipal de Abre Campo

Newton Gabriel Avelar

Prefeito de Municipal de São Pedro dos Ferros

Domingos Antunes de Freitas

Prefeito Municipal de Diogo de Vasconcelos

Adilson Lopes da Silva

Prefeito Municipal de Jequeri.

EMPRESA CONTRATADA – FUNDAÇÃO GORCEIX

CNPJ: 230.631.180/0001-64

Rua Carlos Walter Marinho Campos, 57. Vila Itacolomy – Ouro Preto/MG

CEP: 35400-000

Telefone: + 55 31 3559 7168

www.gorceix.org.br



EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Cristovam Paes de Oliveira

Presidente da Fundação Gorceix

Reinaldo Otávio Alves de Brito Pinheiro

Superintendente da Fundação Gorceix

Wilson José Guerra

Diretor do DEMAM

Marco Antônio Ferreira Pedrosa

Gerente de Projetos do DEMAM

Engenheiro Ambiental e de Seg. do Trabalho

MSc. em Geotecnia.

EQUIPE TÉCNICA

Cynthia Fantoni Alves Ferreira

Engenheira Civil, Sanitarista e Ambiental
Dra. em Engenharia Sanitária e Ambiental

Hugo Barcellos

Engenheiro Ambiental

Jeam Marcel Pinto de Alcântara

Geógrafo e Mobilizador Social

José Francisco do Prado Filho

Ecólogo
Dr. em Ciências da Engenharia Ambiental

Marco Antônio Nicolato Medírcio

Advogado

Marineide de Freitas Gonçalves

Bióloga

Priscila Martins

Geógrafa e Técnica em Meio Ambiente

Ricardo Reis

Economista

Taynara Stephanie Melo Brito

Engenheira Ambiental

Thaíssa Jucá Jardim Oliveira

Engenheira Ambiental
MSc. em Tecnologias Ambientais

Valéria Campos Garcia

Engenheira Ambiental
MSc. em Engenharia de Minas

APOIO TÉCNICO

Tamires da Silva Estevam

Estagiária de Engenharia Ambiental

Thalita Ramos Souza Cunha

Estagiária de Engenharia Ambiental

Vanessa Rezende Cerceau Ibraim

Estagiária de Engenharia

Thaís Padula Trombeta

Estagiária de Arquitetura

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de arranjo dos municípios para realização das oficinas PIGIRS/CIMVALPI, destacando os municípios onde serão realizadas as oficinas propostas.....25

Figura 2 – Atuação dos comitês de bacia hidrográfica no território PIGIRS/CIMVALPI

.....2
5

LISTA DE QUADROS

Quadro1 – Locais de realização de oficinas, municípios participantes e comitês de bacia hidrográfica de abrangência	26
Quadro 2 – Exemplo de aplicação da matriz de priorização dos problemas na temática de resíduos sólidos.....	28
Quadro3 – Exemplo de aplicação da matriz B.A.S.I.C.O na temática de resíduos sólidos	30
Quadro4 – Resumo das atividades do Plano de Mobilização Social e Divulgação ...	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Agência de Bacia
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CD	Comitê Diretor
CIMVALPI	Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga
CODEMA	Conselho de Meio Ambiente
COMPATRI	Conselho de Patrimônio
COMUSA	Conselho Municipal de Saneamento
DGIC	Diagnóstico para a Gestão Intermunicipal Consorciada
GTA	Grupo de Trabalho e Acompanhamento
ONG	Organização Não Governamental
PIGIRS	Plano Intermunicipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
PMGIRS	Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
PMSD	Plano de Mobilização Social e Divulgação
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
RCC	Resíduos de Construção Civil
RF	Relatório Final
RP	Relatório Parcial
RS	Resíduos Sólidos
RSD	Resíduos Sólidos Domésticos
RSS	Resíduos dos Serviços de Saúde
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	OBJETIVOS	17
2.1	Objetivo geral.....	17
2.2	Objetivos específicos	17
3	PARTICIPAÇÃO, CONTROLE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.	18
3.1	Mobilização Social	18
3.2	Audiência Pública	19
4	PROPOSTA METODOLÓGICA - LINHAS DE AÇÕES PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO.....	21
4.1	Linha de ação 1 – Formação de um Comitê Diretor	21
4.2	Linha de ação 2 – Formação de grupos de trabalho e acompanhamento	22
4.3	Linha de ação 3 – Audiência Pública Regional para divulgação do Plano de Mobilização Social e Divulgação e apresentação do Plano de Trabalho.....	23
4.4	Linha de ação 4 – Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo um conjunto de 10 municípios em cada, para análise e complementação do Diagnóstico Participativo da Gestão Intermunicipal	24
4.5	Linha de ação 5 – Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo um conjunto de 10 municípios em cada, para análise e complementação das Proposições de Metas, Diretrizes e Estratégias da Gestão Intermunicipal.....	29
4.6	Linha de ação 6 - Audiência Pública Regional para validação do Diagnóstico e das Diretrizes e Estratégias para a Implantação do PIGIRS/CIMVALPI.....	30
4.7	Linha de ação 7 - Evento de Divulgação do PIGIRS/CIMVALPI.....	31
4.8	Linha de ação 8 – Programa de Comunicação Social (Divulgação)	32
5	RESUMO DO PMSD	34
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O presente produto configura o Plano de Mobilização Social e de Divulgação (PMSD), cujo objetivo é detalhar as ações, diretrizes, proposta metodológica e o cronograma para execução dos trabalhos referentes ao Plano Intermunicipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios associados ao Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga CIMVALPI (PIGIRS/CIMVALPI).

Conforme estabelecido no termo de referência, o PMSD prevê mecanismos e procedimentos que permitam sensibilizar o maior número de atores, interessados e envolvidos na temática dos resíduos sólidos nos municípios para participação nos trabalhos pertinentes a serem realizados, mobilizando-os para contribuir e, principalmente, serem corresponsáveis pelo andamento do processo, desde seu início até a fase de proposições das ações.

Dentre as modalidades de participação e controle social, estão previstas a realização de audiência pública de apresentação, oficinas microrregionais de trabalho e uma audiência para apresentação dos resultados e divulgação do Plano Intermunicipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios associados ao CIMVALPI.

Todas as atividades serão realizadas com linguagem adequada, evitando-se termos demasiadamente técnicos, para possibilitar a expressão e debates de opiniões individuais e coletivas de profissionais especializados e do público em geral. O escopo do trabalho envolve a realização das seguintes atividades de mobilização social:

- 1 (uma) Audiência Pública Regional para divulgação do Plano de Mobilização Social e Divulgação e apresentação do Plano de Trabalho;
- 4 (quatro) Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo representantes de um conjunto de municípios organizados em função da distância dos locais de realização, para análise e complementação do Diagnóstico Participativo da Gestão Intermunicipal dos Resíduos;
- 4 (quatro) Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo representantes de um conjunto de municípios organizados em função da distância dos locais de realização, para análise e complementação das Proposições de Metas, Diretrizes e Estratégias da Gestão Intermunicipal de RSU;

- 1 (uma) Audiência Pública Regional para validação do Diagnóstico Participativo e das Diretrizes e Estratégias para a Implantação do PIGIRS/CIMVALPI;

- 1 (um) Evento final de Divulgação do PIGIRS/CIMVALPI.

O PMSD tem como objetivo estruturar as ações que perpassam pelo conhecimento e pela sensibilização da sociedade na elaboração do PIGIRS/CIMVALPI, visando garantir o caráter participativo e informativo do processo. A promoção do compartilhamento das informações, bem como construção coletiva do Plano, envolvendo todos os atores sociais inseridos no território de abrangência é característica *sine qua non* para o planejamento, desenvolvimento e execução do PIGIRS/CIMVALPI. É previsto que, após o término de trabalho, estes atores sejam os responsáveis pela cobrança da implantação e acompanhamento das ações, projetos e programas propostos no plano, transformando-se em realidade materializada todas as discussões e proposições conjecturadas no momento de construção democrática e participativa do plano, ganhando, assim, notabilidade e credibilidade perante as comunidades como um todo.

Dentro do planejamento estratégico, o *empoderamento* e a *participação pública*, no sentido de validar as propostas, ganham visibilidade e credibilidade perante a sociedade como um todo. Participar, em planejamento, significa tomar parte, integrar-se pela razão ou pelo sentimento, fazer, saber, comunicar, reconhecer diferentes interesses, expectativas e valores, identificar analogias, debater, negociar, evidenciar pontos comuns de interesse, promover alianças e ajustes para a tomada de decisão e obtenção de consenso sobre as diretrizes e objetivos do PIGIRS/CIMVALPI, no sentido de motivar a comunidade a acompanhar, fiscalizar e exigir a sua plena concretização.

As ações de mobilização e comunicação social permitem viabilizar a participação popular e democrática no processo de elaboração do PIGIRS/CIMVALPI, configurando-se como uma indispensável ferramenta para construção coletiva do plano, abrangendo no seu escopo os procedimentos metodológicos a serem aplicados para execução dos trabalhos, assim como os mecanismos de divulgação e as estratégias técnicas, gerencial e logística. Neste sentido, a proposta de ações e metodologias de mobilização social e divulgação serão apresentadas a seguir, através de estruturas sistematizadas por linhas de

ações, facilitando assim, tanto a compreensão dos leitores interessados, como a mensuração da execução do planejamento.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral do Plano de Mobilização Social e de Divulgação é prever mecanismos e procedimentos que permitam sensibilizar e envolver o maior número de atores no trabalho a ser realizado, mobilizando-os para contribuir e, principalmente, serem corresponsáveis pela condução do processo de elaboração do PIGIRS. Visa-se atender todo público interessado, por onde se tem os agentes públicos, em especial aqueles envolvidos com o gerenciamento municipal de resíduos, associações de catadores, sociedade civil, empresas do ramo e demais interessados.

2.2 Objetivos específicos

- Identificar os atores sociais envolvidos no processo de elaboração do Plano Intermunicipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios associados ao Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI (PIGIRS/CIMVALPI);
- Definir objetivos, metas e atividades de mobilização, construir o cronograma das atividades e definir a metodologia de execução destas;
- Elaborar e estratégias de comunicação para atuar nas audiências públicas, reuniões, oficinas, lançamento e divulgação do PIGIRS/CIMVALPI, visando o estímulo dos segmentos sociais a participarem do processo de planejamento; acompanhamento e fiscalização das ações previstas, com propostas gerais para o debate, porém valorizando temáticas específicas de cada setor, em especial a administração pública e associações/cooperativas de catadores.
- Desenvolver formas de divulgação digital e/ou impressa para as reuniões, audiências e através de meios de comunicação a serem previstos. Desta forma será possível disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade em todas as etapas previstas no PIGIRS.

3 PARTICIPAÇÃO, CONTROLE E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.

A participação e o controle social são direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 e que, entretanto, possuem premissas diferentes. Enquanto a participação social está relacionada à construção de políticas públicas, exercício da cidadania, suas proposições e tomada de decisões, o controle social perpassa pela fiscalização, comando e controle das políticas públicas nas esferas federais, estaduais e municipais, visando o atendimento dos interesses da sociedade.

O controle social nos serviços públicos de saneamento básico está entre os princípios fundamentais no âmbito da universalização, integralidade em que se deve embasar a prestação de serviços, disponibilidade, eficiência e sustentabilidade econômica entre outros. O controle social está previsto no art. 2º da Lei Federal nº11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

O controle social também é citado no art. 3º, inciso VI, da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), que estabelece a seguinte definição:

Conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos. (BRASIL, 2010)

Em síntese, o controle social, deve ser garantido nas diversas funções de gestão dos serviços públicos de saneamento básico, bem como no planejamento, na prestação dos serviços, na regulação e na fiscalização. Um de seus objetivos é buscar um aumento da transparência, eficiência e de eficácia na prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

3.1 Mobilização Social

Nesta mesma perspectiva, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, prevê em seu artigo Art.15, Parágrafo único que:

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos será elaborado mediante processo de mobilização e participação social, incluindo a realização de audiências e consultas públicas.

O Art.19 da mesma lei também afirma que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ter como requisito mínimo, dentre outros:

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver.

Dentre as diversas definições, a mobilização social pode ser caracterizada como processo que ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados envolvidos (TORO A; WERNECK, 2007). Segundo Lino (2008), mobilização social é um processo educativo que promove a participação (*empoderamento*) de muitas e diferentes pessoas (irradiação) em torno de um propósito comum (convergência). *Empoderamento* pode ser considerado a base de todo processo de mobilização social. *Empoderar* significa promover a iniciativa e a participação das pessoas, acreditando que elas são capazes de resolver os problemas que afetam diretamente suas vidas. Consequentemente, a mobilização gera um movimento que vai envolvendo cada vez mais (em quantidade) e diferentes (pluralidade) pessoas, de um jeito cada vez mais organizado (LINO, 2008).

Nesse sentido, o **Plano de Mobilização Social e de Divulgação** é um instrumento que permite a discussão da pluralidade de ideias e a identificação de experiências de gerenciamento dos resíduos sólidos nos municípios. Entende-se que a população de cada município participante é a principal beneficiada por esse instrumento de planejamento de saneamento ambiental.

A participação social deverá ser realizada por diferentes mecanismos como: reuniões públicas, oficinas participativas, audiências públicas, entre outros, garantindo, no mínimo, que tais eventos alcancem as diferentes regiões urbanas e rurais de todo o território de cada município consorciado.

3.2 Audiência Pública

A Constituição Federal de 1988, no artigo 58, § 2o, inciso II, prevê a realização das audiências públicas pelas comissões do Congresso Nacional. Segundo Figueiredo (2007), a audiência pública é amplamente mencionada na legislação brasileira como um dos principais mecanismos de participação social na gestão da administração pública.

A participação nas audiências públicas se dá de forma direta, e não indireta como ocorre pelos mecanismos onde é realizada por meio da representação. A

realização de audiência pública está prevista em leis, decretos, resoluções, instruções normativas, entre outros tipos de atos normativos, podendo ser obrigatória (como nos processos de licenciamento ambiental) ou facultativa, como na administração pública (SOARES, 2003).

Segundo Raimer *et al* (2013), as audiências são encontros públicos presenciais, que têm como objetivo discutir aspectos concernentes a uma determinada política, sendo aberta à participação dos indivíduos e grupos interessados, que deve apresentar suas manifestações de forma oral e, dependendo do formato de sua realização, também na forma escrita. A possibilidade de manifestação de interesses e opiniões de cidadãos não organizados é outra diferença clara entre as audiências públicas e instâncias participativas com caráter formalmente representativo, como os conselhos.

O PMSD prevê a realização de uma audiência pública para divulgação do Plano de Mobilização Social e Divulgação e apresentação do Plano de Trabalho, e uma audiência para validação do Diagnóstico e das Diretrizes e Estratégias para a Implantação do PIGIRS/CIMVALPI.

4 PROPOSTA METODOLÓGICA - LINHAS DE AÇÕES PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO.

O planejamento das ações, no que se refere à mobilização social, envolve estratégias visando o alcançar o maior número de pessoas interessadas no tema. Desta forma, é necessário desenhar diferentes formas de atuação e abordagem trazendo para governança local os atores sociais que legitimam o processo e colaboram para construção do planejamento e execução das melhores estratégias de atuação, inclusive na determinação de locais, pessoas, comunidades, problemas, desafios e oportunidades para implementação do PIGIRS/CIMVALPI.

A descentralização e a gestão social compartilhada se torna o melhor caminho para entendimento e proposições para resolução dos problemas, assim como discussão de propostas para melhorar a qualidade de vida do ator local, pois somente este indivíduo conhece a real necessidade do território onde habita

4.1 Linha de ação 1 – Formação de um Comitê Diretor

O Comitê Diretor (CD) será formado por membro do Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga – CIMVALPI, que poderá ser representado por profissional responsável pela verificação técnica e membro da Fundação Gorceix. O Comitê terá a atribuição de coordenar, gerenciar e deliberar sobre todo o processo de elaboração do PIGIRS. Além disso, o colegiado também terá a função de exercer um papel de caráter técnico e institucional do Plano, assim como promover discussões e disseminação das informações, estabelecimento de metas e cronogramas a serem seguidos. Serão realizadas reuniões quinzenais entre a equipe técnica da Fundação Gorceix e o CD do CIMVALPI, com o objetivo de planejar, reportar e executar as tomadas de decisões necessárias para o bom andamento dos trabalhos.

A Reunião inicial será realizada na sede do CIMVALPI e deverá contar com a participação de sua diretoria e demais instituições (a serem definidas) que sejam estratégicas para compor o CD. A reunião contará com a participação da equipe técnica da Fundação Gorceix para apresentação do PMSD e do Plano de Trabalho e suas respectivas etapas de elaboração, visando à composição com as devidas formalidades do CD, coletar as últimas contribuições e iniciar os trabalhos de mobilização.

A equipe de mobilização da Fundação Gorceix realizará uma reunião de abertura, onde serão definidas as datas e locais das reuniões de acompanhamento, bem como discutidos detalhes do cronograma preliminar de execução.

Todas as atividades realizadas junto ao CD serão registradas em ata simplificada.

4.2 Linha de ação 2 – Formação de grupos de trabalho e acompanhamento

Será estabelecida a criação Grupos de Trabalho e Acompanhamento (GTA) que serão formados por diferentes segmentos dos municípios envolvidos no Consórcio. A Fundação Gorceix fará o suporte técnico com as prefeituras, através da disponibilização de modelos de chamamento público, de fichas de inscrição e de decretos para as prefeituras.

O GTA possui atribuição de ser consultivo e propositivo, mas também de caráter técnico e institucional na condução dos trabalhos, colaborando com a equipe técnica da Fundação Gorceix no processo de construção e elaboração do PIGIRS. Este grupo terá o papel de fazer a interlocução com a comunidade, contribuindo para a indicação e o mapeamento de atores sociais importantes no processo, nas estratégias de mobilização e comunicação social, divulgação e promoção das informações, sendo considerado um importante instrumento de empoderamento através da participação, acompanhamento e validação das políticas públicas que envolve a gestão/gerenciamento dos resíduos sólidos.

O GTA preferencialmente deverá ser composto por organismo de participação social, formado por representantes de diversos segmentos sociais envolvidos na gestão dos resíduos sólidos, por meio dos seguintes setores: popular, técnico, acadêmico, associações, cooperativas, órgãos e entidades públicas. É essencial também o envolvimento e participação de representantes das estruturas de controle social existentes nos municípios, como CODEMAS, COMUSAS, COMPATRIS, Comitês e Subcomitês de Bacias Hidrográficas, entre outros.

O GTA deverá participar das discussões estratégias técnicas e de mobilização e comunicação social, levantar informações sobre a realidade do respectivo município no que tange a gestão dos resíduos sólidos, mapear os grupos sociais estratégicos e de interesse no meio urbano e rural, determinação de parceiros no processo, indicação de locais para eventos técnicos e coletivos e

acompanhar desenvolvimento dos trabalhos. O GTA também deverá participar das audiências públicas, oficinas, levantamentos técnicos e discussões pertinentes ao projeto.

Os constituintes do GTA deverão ser nomeados por meio de decretos municipais com tempo de representação vigorando durante a elaboração do Plano. Deverão ser indicados quatro membros da prefeitura municipal (dois titulares e dois suplentes) que atuem diretamente com o gerenciamento de resíduos sólidos municipal, e com autonomia para buscar informações em todos os órgãos e secretarias que possuem interface com as atividades inerentes ao projeto. O decreto também deverá indicar dois membros da sociedade civil (titular e suplente), preferencialmente com atuação no território em resíduos sólidos e/ou membro dos conselhos municipais de defesa do ambiente e de saneamento.

Desta forma, caberá uma articulação entre o CIMVALPI e os municípios, com intermediação da Fundação Gorceix para que o referido Decreto de nomeação do GTA ocorra de forma célere. Todas as atividades realizadas junto ao GTA serão registradas em lista de presença, registro fotográfico e irão compor os relatórios de mobilização social.

4.3 Linha de ação 3 – Audiência Pública Regional para divulgação do Plano de Mobilização Social e Divulgação e apresentação do Plano de Trabalho

Conforme o termo de referência, será necessária a realização de 1 (uma) audiência pública para divulgação do Plano de Mobilização Social e Divulgação e apresentação do Plano de Trabalho. Esse evento será de promoção e apresentação da proposta de trabalho, comunicação e mobilização social dos envolvidos no Plano, assim como de repasse de todo o escopo de trabalho definido para o projeto. A apresentação deverá conter todas as ações, etapas e trabalhos necessários para elaboração do PIGIRS de forma clara e objetiva, facilitando a compreensão dos participantes.

A abertura oficial do evento iniciará com a apresentação do presidente do CIMVALPI e demais autoridades a serem definidas. Logo após, iniciam-se as apresentações com linguagem adequada de todo conteúdo técnico, jurídico, social e ambiental inerentes ao PIGIRS/CIMVALPI, destacando também o planejamento, as etapas e atividades necessárias para elaboração do Plano, de acordo com as

diretrizes do termo de referência. A audiência terá espaço para perguntas e manifestações públicas, sendo um espaço aberto para esclarecimentos inerentes ao objeto do projeto, apresentação de demandas e discussões pertinentes ao tema.

Visando estabelecer uma mobilização bem sucedida, que contemple os grupos sociais locais mais diversificados, o cumprimento dos prazos para execução das atividades estabelecidas no termo de referência e tendo em vista as festas de final de ano, esta audiência pública deverá ser realizada na primeira quinzena de fevereiro, para que se consiga garantir maior participação efetiva do público no evento.

Será elaborado relatório da Audiência Pública de Divulgação do Plano de Mobilização Social e Divulgação e o Plano de Trabalho, equivalente ao Produto 3 da Etapa 1, que deverá ser parte integrante e entregue por meio do Relatório Parcial 1 (RP1), conforme Termo de Referência.

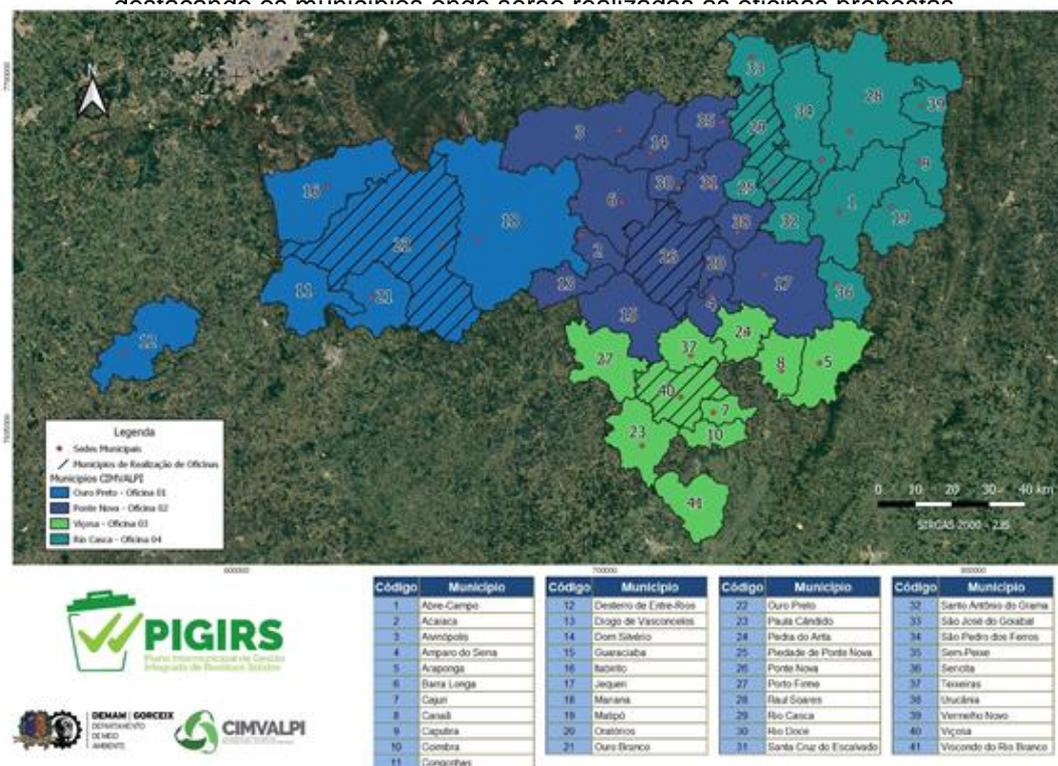
4.4 Linha de ação 4 – Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo um conjunto de 10 municípios em cada, para análise e complementação do Diagnóstico Participativo da Gestão Intermunicipal

O termo de referência aprovado propõe a realização de 4 (quatro) Oficinas Microrregionais de Trabalho para análise e complementação do Diagnóstico Participativo da Gestão Intermunicipal. Nestas oficinas serão levantadas questões acerca da limpeza urbana e rural, coleta e destinação dos resíduos sólidos, coleta seletiva, reciclagem de materiais, atendimento quanto à qualidade dos serviços prestados à população, situação dos catadores, pessoas que trabalham com resíduos sólidos e reciclagem. Também serão levantadas as condições atuais das estruturas instaladas e construídas, além da capacidade institucional na execução dos serviços de saneamento básico e o controle social.

Visando possibilitar a participação social em termos de logística, custos e abrangência, definiu-se que as oficinas propostas serão realizadas nos municípios de Ouro Preto, Ponte Nova, Viçosa e Rio Casca. Conforme mapa da Figura 1 observa-se que as atividades estão distribuídas de maneira que todo o território de alcance do Plano é contemplado.

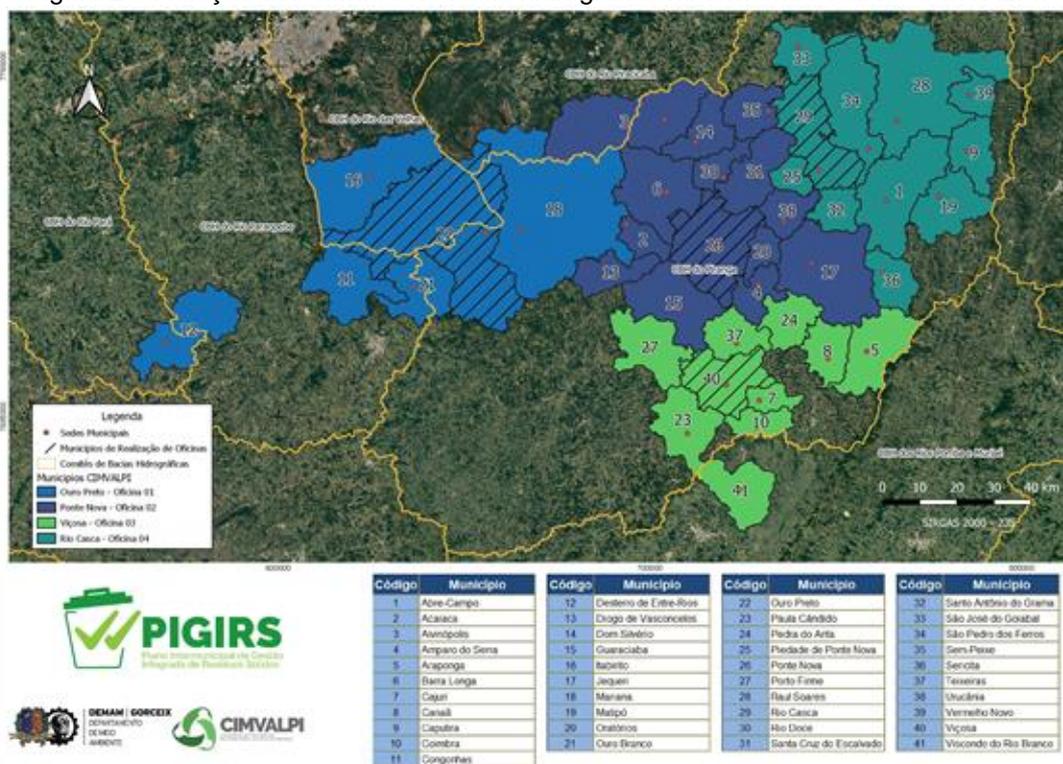
Os comitês de bacias hidrográficas serão convidados de acordo com a respectiva abrangência de atuação, conforme Figura 2. Ressalta-se que todos os comitês de atuação no território serão convidados para as audiências públicas.

Figura 1 – Mapa de arranjo dos municípios para realização das oficinas PIGIRS/CIMVALPI, destacando os municípios onde serão realizadas as oficinas propostas.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 – Atuação dos comitês de bacia hidrográfica no território PIGIRS/ CIMVALPI.



Fonte: Elaboração própria

Desta forma, conforme critérios de logística e atuação dos comitês de bacia hidrográfica no território PIGIRS/CIMVALPI, os locais de realização das oficinas e municípios participantes de cada oficina estão apresentados no Quadro 1.

Quadro1 – Locais de realização de oficinas, municípios participantes e comitês de bacia hidrográfica de abrangência

LOCAL DE OFICINA	MUNICÍPIOS	COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA
Ouro Preto - Oficina 01	Congonhas	CBH do Rio Pará, CBH Paraopeba, CBH Rio das Velhas (SubComitê Nascentes), CBH do Rio Piracicaba e CBH do Rio Piranga
	Desterro de Entre-Rios	
	Itabirito	
	Mariana	
	Ouro Branco	
Ponte Nova - Oficina 02	Ouro Preto	CBH do Rio Piracicaba e CBH do Rio Piranga
	Acaiaca	
	Alvinópolis	
	Amparo do Serra	
	Barra Longa	
	Diogo de Vasconcelos	
	Dom Silvério	
	Guaraciaba	
	Jequeri	
	Oratórios	
	Ponte Nova	
	Rio Doce	
	Santa Cruz do Escalvado	
Sem-Peixe		
Urucânia		
Viçosa - Oficina 03	Araponga	CBH do Rio Piranga e CBH dos Rios Pomba e Muriaé
	Cajuri	
	Canaã	
	Coimbra	
	Paula Cândido	
	Pedro do Anta	
	Porto Firme	
	Teixeiras	
	Viçosa	
Visconde do Rio Branco		
Rio Casca - Oficina 04	Abre Campo	CBH do Rio Piranga
	Caputira	
	Matipó	
	Piedade de Ponte Nova	
	Raul Soares	
	Rio Casca	
	Santo Antônio do Grama	
São José do Goiabal		

LOCAL DE OFICINA	MUNICÍPIOS	COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA
Rio Casca - Oficina 04	São Pedro dos Ferros	CBH do Rio Piranga
	Sericita	
	Vermelho Novo	

O público-alvo desta etapa serão os Grupos de Trabalho e Acompanhamento – GTA/CIMVALPI, além de outros representantes do poder público municipal, cooperativas/associações de catadores de materiais recicláveis, usuários dos serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, e representantes de ONG's envolvidas com o gerenciamento dos resíduos sólidos no território de atuação do CIMVALPI.

O objetivo das oficinas é possibilitar a manifestação das demandas e interesses dos gestores municipais, organizações de catadores de materiais recicláveis e demais atores sociais envolvidos com o gerenciamento de resíduos sólidos no território de atuação do CIMVALPI, de modo a obter um diagnóstico participativo e integrado dos problemas e potencialidades relacionadas a este tema no conjunto dos municípios consorciados. Os municípios deverão viabilizar a participação de seus nomeados por meio de logística que mais lhe couber.

Considerando número de participantes e a diversidade de municípios envolvidos em cada oficina, optou-se por utilizar como principal ferramenta metodológica destas oficinas a Matriz de Priorização de Problemas (VERDEJO, 2010) – que permite de maneira simples e direta priorizar os problemas identificados durante o diagnóstico segundo sua importância e urgência.

❖ **Matriz de Priorização dos Problemas**

A elaboração da matriz de priorização dos problemas consiste em duas etapas: a primeira é a separação dos participantes em grupos, para elaboração de uma lista de problemas concernentes ao tema em questão (ex: resíduos sólidos urbanos, resíduos de construção civil, coleta seletiva, etc...); e a segunda é a construção coletiva da matriz de priorização, onde cada participante da oficina irá votar, indicando quais problemas são os “graves” e “urgentes” em seu município. A votação possibilitará a identificação dos problemas mais importantes no âmbito do Consórcio, a partir do produto entre a gravidade e a urgência de cada linha da matriz (Quadro 2).

- **Gravidade:** impacto do problema sobre as operações, sobre as prefeituras/secretarias, associações de catadores e usuários dos serviços. Considera os efeitos que surgirão em longo prazo em caso de não resolução.
- **Urgência:** considera o tempo disponível ou necessário para resolver o problema antes que ele se torne mais grave.

Quadro 2 – Exemplo de aplicação da matriz de priorização dos problemas na temática de resíduos sólidos.

PROBLEMA	GRAVIDADE	URGÊNCIA	PRODUTO (GXU)	RANKING
Falta de equipamentos nas Unidades de Triagem	●●●●	●	4	2º
Ausência de coleta nas áreas rurais	●	●●	2	3º
Ausência de áreas licenciadas para a disposição de RCC	●●	●●●●	8	1º

O resultado final da etapa de Validação e Complementação do diagnóstico, representado pelo Produto 5, será a consolidação do Diagnóstico para o Gerenciamento Intermunicipal Consorciado – CIMVALPI (DGIC/CIMVALPI), devendo constar, obrigatoriamente em anexo, os relatórios pertinentes a cada Oficina realizada nesta etapa.

O Produto 5 deverá ser parte integrante e entregue por meio do Relatório Parcial 2 (RP2), conforme Termo de Referência.

4.5 Linha de ação 5 – Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo um conjunto de 10 municípios em cada, para análise e complementação das Proposições de Metas, Diretrizes e Estratégias da Gestão Intermunicipal

Além das oficinas da Linha de Ação 4, o termo de referência propõe a realização de 4 (quatro) Oficinas Microrregionais de Trabalho para análise e complementação das Proposições de Metas, Diretrizes e Estratégias da Gestão Intermunicipal. Para fins de realização destas oficinas (que irão ocorrer nos municípios de Ouro Preto, Ponte Nova, Viçosa e Rio Casca), os municípios serão divididos nos mesmos quatro grupos apresentados anteriormente (Figura 1 e Quadro 1).

As oficinas da Linha de Ação serão divididas em três momentos. O primeiro momento será dedicado à devolutiva dos resultados alcançados durante as etapas do diagnóstico; o segundo momento será destinado à validação dos programas, metas e ações propostos pela equipe técnica de elaboração do plano; e o terceiro será a elaboração da Matriz B.A.S.I.C.O., para priorização das ações a serem executadas no âmbito do PIGIRS.

Após a apresentação do Diagnóstico pela equipe técnica da Fundação Gorceix, os participantes da oficina serão divididos em grupos de, no máximo, 10 pessoas, para avaliação dos programas propostos. Cada grupo irá tratar de um tema específico dentro do gerenciamento intermunicipal de resíduos sólidos e deverá avaliar criticamente os objetivos, metas e ações propostas, sugerindo supressões e/ou inserções sempre que acharem pertinentes.

Após este momento, os grupos deverão avaliar e elencar por ordem de prioridade as principais ações a serem executadas, utilizando para isso a Matriz B.A.S.I.C.O (Quadro 3).

❖ Matriz B.A.S.I.C.O.

A priorização das ações é importante para permitir a elaboração de um plano de implantação e de resolução do problema. A matriz indicada para isso é a matriz B.A.S.I.C.O., que considera:

- **Benefícios** para o conjunto dos municípios;
- **Abrangência** de pessoas beneficiadas pela solução;
- **Satisfação** dos envolvidos na execução desta ação; os Investimentos necessários;

- **Clientes** (usuários dos serviços) e o efeito que a solução terá neles;
- **Operacionalidade** da ação.

Para cada ação, serão atribuídas notas de 1 a 5, de acordo com cada um destes critérios. Ao final do preenchimento deverá ser realizada soma de todas as colunas para a construção de um ranking de prioridade.

Quadro 3 – Exemplo de aplicação da matriz B.A.S.I.C.O na temática de resíduos sólidos

EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA MATRIZ B.A.S.I.C.O.								
Problemas	B	A	S	I	C	O	Total	Priorização
Implementar ou fortalecer a coleta seletiva	4	4	2	3	2	4	768	2º
Aperfeiçoar rotas de coleta para minimização dos custos municipais	2	2	2	1	1	1	8	6º
Apoiar o planejamento municipal no gerenciamento de RSU	3	2	1	2	1	1	12	5º
Fortalecer as associações ou cooperativas de catadores	3	3	2	1	2	1	36	4º
Tratar e dispor adequadamente os RSU	5	4	3	4	3	4	2880	1º
Implementar programa de educação ambiental	4	3	3	2	3	3	648	3º

4.6 Linha de ação 6 - Audiência Pública Regional para validação do Diagnóstico e das Diretrizes e Estratégias para a Implantação do PIGIRS/CIMVALPI

Nesta audiência serão apresentados todos os resultados obtidos através dos estudos realizados pela equipe técnica da Fundação Gorceix, bem como das oficinas realizadas com as comunidades. Serão abordados, de forma detalhada, o diagnóstico, as discussões e as proposições envolvidas na construção coletiva PIGIRS/CIMVALPI.

Destaca-se que nesta audiência também deverão ser debatidos o cenário atual e futuro do gerenciamento de resíduos sólidos no CIMVALPI, o estabelecimento das diretrizes, proposição de metas e todo planejamento estratégico proposto no PIGIRS/CIMVALPI. Esta audiência parte das mesmas premissas de participação social da linha de ação 3 (primeira audiência regional) e prevê espaço para manifestações e perguntas diversas de todos os presentes.

É de extrema importância a participação de todos os colaboradores e envolvidos durante o processo de elaboração do Plano, como: prefeitos, secretários, gestores públicos, vereadores, lideranças comunitárias, entidades sociais, cooperativas, associações, representantes de conselhos, grupos de trabalho de acompanhamento, Comitê Diretor, etc.

Neste sentido, a minuta do plano será disponibilizada no site do projeto e enviada previamente a todos os prefeitos e sua equipe técnica, de forma que no dia do evento todas as informações e dúvidas estejam alinhadas e sanadas, legitimando o documento e adesão do município consorciado.

Ao final deste processo, será elaborado o Relatório de Validação do PIGIRS/CIMVALPI (devendo constar, em anexo, os relatórios pertinentes a cada Oficina e Audiência realizada nesta etapa). O Produto deverá ser parte integrante do Relatório Final (RF) do projeto, conforme Termo de Referência.

4.7 Linha de ação 7 - Evento de Divulgação do PIGIRS/CIMVALPI

Este deverá ser um grande evento de mobilização, sensibilização e divulgação do PIGIRS/CIMVALPI para a comunidade em geral. Para este evento é previsto o convite aos representantes do Governo Federal e Governo Estadual, além de instituições relevantes na atuação em defesa ao meio ambiente e instituições de ensino.

A dinâmica do evento se iniciará com a fala dos representantes dos poderes presentes, do CIMVALPI e do corpo executivo do PIGIRS.

É prevista a formação de uma mesa redonda com a participação de todos os prefeitos da área de abrangência do plano, com possibilidade de manifestação dos interessados. Ao final do evento, cada prefeito deverá assinar uma carta de intenções para execução, cumprimento de metas e implantação do PIGIRS/CIMVALPI.

4.8. Linha de ação 8 – Programa de Comunicação Social (Divulgação)

O Programa de Comunicação Social visa estabelecer estratégias para realização de ampla divulgação das informações sobre a elaboração do PIGIRS/CIMVALPI, tendo como mote a efetiva participação da comunidade, através da formação de canais de comunicação, difusão e discussão das premissas do Plano.

Durante a elaboração do PIGIRS/CIMVALPI, serão criadas diversas peças gráficas em meio físico e digital com o intuito de comunicar e divulgar a população sobre o andamento, propostas e resultados do mesmo. Ademais, os materiais terão conteúdos com linguagem adequada e fácil compreensão, considerando sempre a realidade municipal.

Ao final do projeto, todo material fonte será repassado para o CIMVALPI, para continuidade das ações necessárias. A seguir estão apresentados os principais instrumentos de divulgação previstos para o projeto.

- a) Convites digitais:** serão distribuídos para os membros do CD e GTA, autoridades municipais, secretários do executivo, associações de catadores, câmaras municipais e demais indicados pelos GTA, tais como representantes dos conselhos comunitários, lideranças locais e órgãos responsáveis pela coleta de lixo;
- b) Folders e Cartilhas:** distribuição ao público em geral (online), membros do GTA, assim como disponibilização nas oficinas participativas;
- c) Divulgação em sites e mídias sociais:** os materiais deverão ser divulgados nos sites e em mídias sociais das prefeituras e todas as entidades parceiras envolvidas no processo;
- d) Canal de informações:** visando atingir todas as comunidades será criada uma linha direta pelo telefone (ligações e WhatsApp) para obtenção de informações e esclarecimentos de dúvidas;
- e) Criação de página virtual em rede social:** criação de página no Facebook para alcance do público jovem e divulgação dos eventos e ações, podendo também ser enviado em meio digital por mensagens e por e-mail;

f) Rádio e mídia impressa: utilização de rádios locais para divulgação dos eventos e ações do Plano, convidado a população para participar das atividades. A Fundação Gorceix criará material gráfico para distribuição e divulgação nos canais já contratados pelas prefeituras. As audiências serão divulgadas em jornal de circulação estadual em Minas Gerais.

g) Estratégias de divulgação nas redes sociais: em relação à divulgação nas mídias sociais, serão realizadas inserções de conteúdo ao longo de cada semana, contendo *feed* de notícias, clipping de notícias, publicação de *stories*, divulgação de eventos e atividades, matérias sobre os eventos realizados, publicações sobre curiosidades, fatos e temas importantes acerca do assunto gestão de resíduos sólidos, assim como a criação e lançamento de *hashtag's*, visando aumentar o engajamento nas redes sociais como termômetro da interação do público com as atividades de elaboração do plano.

Outra importante questão a ser pontuada é a necessidade das prefeituras inseridas dentro do consórcio CIMVALPI, realizar apoio na divulgação e comunicação social das atividades previstas (audiências e oficinas), utilizando os meios e as estruturas de comunicação já contratadas das mesmas, para otimização e maior alcance das comunidades envolvidas no processo.

5 RESUMO DO PMSD

Quadro 4 – Resumo das atividades do Plano de Mobilização Social e Divulgação

LINHA DE AÇÃO 1			
Formação de um Comitê Diretor			
DESCRIÇÃO	METODOLOGIA	PÚBLICO ALVO	PRODUTOS
Formação de um Comitê Diretor (CD) visando coordenar e gerenciar todas as etapas da elaboração do PIGIRS (CIMVALPI e Fundação Gorceix)	Realizar reuniões quinzenais com o objetivo de planejar, reportar e executar as tomadas de decisões necessárias para o bom andamento dos trabalhos.	CIMVALPI e Fundação Gorceix	Relatório Parcial 1 (RP1)
LINHA DE AÇÃO 2			
Formação de Grupos de Trabalho e Acompanhamento			
DESCRIÇÃO	METODOLOGIA	PÚBLICO ALVO	PRODUTOS
Formação de 4 (quatro) Grupos de Trabalho e Acompanhamento (GTA) com o objetivo de garantir a participação social e colaborar nas atividades da elaboração do PIGIRS	Identificação de <i>stakeholders</i> , levantar informações técnicas sobre a realidade do território no que tange a gestão dos resíduos sólidos, mapear os grupos sociais estratégicos no meio urbano e rural, determinação de parceiros no processo, indicação de locais para eventos, fazer a interlocução com as comunidades e acompanhar desenvolvimento dos trabalhos.	Sociedade civil, empresarial, técnico, acadêmico, associações, cooperativas, órgãos e entidades públicas, CODEMAS, COMUSAS, COMPATRIS, Comitês e Subcomitês de Bacias Hidrográficas, entre outros.	Relatório Parcial 1 (RP1)
LINHA DE AÇÃO 3			
Audiência Pública Regional para Divulgação do PMSD e do Plano de Trabalho			
DESCRIÇÃO	METODOLOGIA	PÚBLICO ALVO	PRODUTOS
Realizar a divulgação e promoção do PIGIRS, bem como toda a proposta de trabalho, comunicação e mobilização social envolvidos no plano e toda legislação estadual e federal pertinente à questão dos resíduos sólidos	Apresentação clara e objetiva, facilitando a compreensão dos participantes.	CD, GTA e público geral interessado	Relatório Parcial 1 (RP1)

LINHA DE AÇÃO 4

Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo um conjunto de 10 municípios em cada, para análise e complementação do Diagnóstico Participativo da Gestão Intermunicipal

DESCRIÇÃO	METODOLOGIA	PÚBLICO ALVO	PRODUTOS
Levantamento de questões acerca da limpeza urbana e rural, coleta e destinação dos resíduos sólidos, coleta seletiva e reciclagem de materiais, atendimento quanto à qualidade dos serviços prestados à população, situação dos catadores, pessoas que trabalham com resíduos sólidos e reciclagem. Também serão levantadas as condições atuais das estruturas, além da capacidade institucional na gestão dos serviços de saneamento básico e o controle social.	Metodologias de diagnóstico rápido participativo como, realização de dinâmicas	GTA e público geral interessado	Produto 5 - Relatório Parcial 2 (RP2)

LINHA DE AÇÃO 5

Oficinas Microrregionais de Trabalho, abrangendo um conjunto de 10 municípios em cada, para análise e complementação das Proposições de Metas, Diretrizes e Estratégias da Gestão Intermunicipal

DESCRIÇÃO	METODOLOGIA	PÚBLICO ALVO	PRODUTOS
Devolutiva aos participantes em relação aos resultados produzidos pelo diagnóstico, apresentar prognósticos, desenvolver metodologias participativas de planejamento para construção do plano de ações que irão compor o PIGIRS, conduzindo a definição dos objetivos e metas, a fim de estabelecer os Programas, Projetos e Ações no âmbito da gestão dos resíduos sólidos.	Serão aplicadas matrizes de ferramentas participativas para priorização de problemas a serem tratados e ações para resolução destes	GTA e público geral interessado	Produto 9 – Relatório Final

LINHA DE AÇÃO 6

Audiência Pública Regional para validação do Diagnóstico e das Diretrizes e Estratégias para a Implementação do PIGIRS/CIMVALPI

DESCRIÇÃO	METODOLOGIA	PÚBLICO ALVO	PRODUTOS
Apresentar os resultados obtidos através dos estudos técnicos realizados pela equipe técnica da Fundação Gorceix, bem como das oficinas realizadas de forma detalhada do diagnóstico e as discussões e proposições envolvidas na construção coletiva PIGIRS/CIMVALPI.	Apresentação Power Point, vídeos, apresentação de resultados, discussões de problemas e soluções, além de definição de estratégias para os planos, metas e ações a serem definidos	Prefeitos, secretários, gestores públicos, vereadores, lideranças comunitárias, entidades sociais, cooperativas, associações, representantes de conselhos, grupos de trabalho de acompanhamento, Comitê Diretor, etc.	Produto 9 – Relatório Final

LINHA DE AÇÃO 7

Evento de Divulgação do PIGIRS/CIMVALPI

DESCRIÇÃO	METODOLOGIA	PÚBLICO ALVO	PRODUTOS
Evento de mobilização, sensibilização e divulgação do PIGIRS/CIMVALPI para a comunidade em geral, com a distribuição de cartilhas, informativos, etc.	Realizar evento de conteúdo, com presença de tomadores de decisão de todo território, bem como representantes do Ministério Público e governos estadual e federal. Será assinada uma carta de intenções com o compromisso de execução das atividades previstas no plano, bem como apresentadas estratégias de execução do mesmo	CD, GTA e público geral interessado	Produto 9 – Relatório Final

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento retratou o Plano de Mobilização Social e de Divulgação (PMSD), apresentando a proposta de planejamento das atividades, ações e metodologias a serem aplicadas no decorrer do PIGIRS/CIMVALPI, sendo um documento norteador para as etapas previstas.

Todas as propostas elencadas deverão estar em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), no termo de referência para elaboração do Plano, assim como alinhadas com o Comitê Diretor e os Grupos de Trabalhos e Acompanhamentos.

A partir do planejamento espera-se alcançar resultados satisfatórios no que tange a mobilização, participação social, diálogo, construção, conciliação e entendimentos entre todos os segmentos interessados no PIGIRS/CIMVALPI. Assim, serão possíveis melhorias no gerenciamento dos RSU e impactos positivos na situação ambiental dos municípios envolvidos, inclusive, oferecendo oportunidades de geração de emprego e renda, conforme disposto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A participação social está presente no PMSD em todas as linhas de ação e será realizada por diferentes mecanismos, como reuniões públicas, oficinas participativas, audiências públicas, dentre outros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal 11.445 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n o 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto de 7.217 de junho de 2010**: Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

LINO, A. **Mobilização Social**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2008. Disponível em: <www.museudapessoa.net>. Acesso em: Outubro 2019.

RAIMER, R.R.; FONSECA, I.F.; OLIVEIRA, M.S. DE; PEREIRA, A.K. **Audiências públicas: fatores que influenciam seu potencial de efetividade no âmbito do Poder Executivo federal**. Revista do Serviço Público Brasília 64 (1): 7-29 jan/mar 2013.

SOARES, S; CORDEIRO NETTO, O; BERNARDES, R. **Avaliação de aspectos político-institucionais e econômico-financeiros do setor de saneamento no Brasil com vistas à definição de elementos para um modelo conceitual**. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. v.8, n.1, p. 84-94, jan/mar. 2003.

TORO, A.; JOSÉ, B.; WERNECK, N.M. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 104p.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2010.